

O Poder: Proposta para uma análise estrutural-dinâmica

ISABEL PEREIRA LEAL (*)

1. INTRODUÇÃO

Existem temas indiscutivelmente centrais em todo o pensamento humano. Temas de partida que são também temas de retorno, já que a eles se regressa sempre e se constituem em verdadeiras matrizes culturais, sem as quais o que constitui o cerne do pensável não seria mais que o vazio ou o indizível.

Um destes temas, em que se inscreve a própria história humana é o *Poder*. Directa ou indirectamente, tendo em conta as suas estratégias e as suas formas de actuação, a sua posse, o seu exercício ou o seu controlo, ou no mínimo a ilusão de possuir qualquer destas coisas, pondo a tónica na sua origem ou na sua finalidade, nas suas modalidades práticas ou no próprio conceito, não é possível pensar as relações entre povos, nações e indivíduos à margem deste conceito.

Se, desde sempre, o Poder foi um tema privilegiado de reflexão e de desejo dos homens de estado e de letras, de guerreiros e filósofos, o último século e a emergência de novas formações disciplinares, conferiram-lhe um novo estatuto: o de objecto científico.

Enquanto objecto científico, o Poder instalou-se profundamente nos quadros teóricos das ciências humanas. Coloriu-se de novas tonalida-

des e desmultiplicou-se em infinitos micro-poderes, tantos quantas as linhas de interesse e de pesquisa dos autores que o tomaram como tema de eleição. E muitos o fizeram, transformando o Poder numa categoria conceptual comum a todas as ciências humanas. Na ciência agora, como outrora na filosofia e na literatura passou a contar-se com um objecto extenso, de sentidos e significados múltiplos, umas vezes restritos e completamente inscritos num dado quadro teórico, outras objecto «per si», elementos aglutinadores de saberes dispersos.

A tentativa de delimitar este objecto: o Poder em função de cinco grandes parâmetros estruturais, simultaneamente descritivos e explicativos, como sejam a sua *natureza*, os seus *objectivos*, as suas *fontes*, as suas *estratégias* e os seus *intérpretes*, esbarra facilmente num emaranhado linguístico e conceptual. Consegue-se, depois de uma pesquisa mais ou menos sistemática, uma definição minimamente consensual que apenas cobre dois dos parâmetros acima referidos, a saber: que o poder implica a imposição de uma vontade, traduzida num extenso conjunto de comportamentos e produções dos indivíduos e dos grupos e contribui directa e/ou indirectamente para a manutenção e/ou transformação das hierarquias sociais e da vida em sociedade.

Obtem-se assim uma definição de compromisso, paredes meias entre a Psicologia e a Sociologia, o que não constituindo propriamente uma novidade justifica no essencial, o interesse que ambas as disciplinas têm concedido ao poder

(*) Professora Auxiliar, ISPA.

e o lugar que este conceito (conteúdo) continua a ocupar no mundo contemporâneo.

2. OBJECTIVO E MÉTODO

Do Poder o que nos interessa estudar e perceber é facilmente enunciável: interessa-nos a sua génese e desenvolvimento em termos individuais. Interessa-nos perceber que mecanismos intra-psíquicos, interrelacionais ou outros são necessários e suficientes para que os indivíduos singulares descodifiquem uma atitude ou um fenómeno como sendo de Poder, sendo dado que indivíduos diferentes em momentos biográficos e históricos igualmente diferentes designam como de Poder comportamentos e fenómenos dissemelhantes entre si.

Para chegar lá, torna-se necessária a utilização de uma metodologia específica que possa ter em conta simultaneamente: as evoluções e mudanças do objecto em análise e dos indivíduos em presença. Designamos este método como *estrutural-dinâmico* (Pereira Bastos, 1978), e propomo-lo *estrutural* no sentido de Levi-Strauss (1958), ou seja, enquanto sistema referente dos diversos componentes identificáveis nos fenómenos de poder e das relações entre si sem perder de vista o princípio totalizante que os unifica.

Propomo-lo como *Dinâmico*, no sentido em que, todos os comportamentos implicados nos fenómenos de poder possam ser considerados nas suas causas imediatas, mas sobretudo nas suas origens e ao nível dos conteúdos latentes dos indivíduos e em que existe uma dimensão preponderante dos afectos (Thines, 1984).

Tentamos a um nível de elaboração teórica que poderíamos designar como sincrónica estabelecer um conjunto de categorias capazes de determinar estruturalmente o nosso objecto. Aos poucos resultados obtidos que apresentámos como momento de uma definição juntamos agora o «modus operandi» do Poder em termos relacionais, que em diferentes ocasiões têm sido saturadamente descritos (J. Hersch, 1978; K. Lorenz, 1965; S.W. Lapierre, 1977; J. Baechler, 1978; G. Balandier, 1974), e que são basicamente, o *domínio*, o *comando* e o *controlo*, suscitando respectivamente a *submissão*, a *obediência* e o *assentimento*.

No Quadro 1 tenta-se sintetizar e fazer corresponder a estes grandes tipos de relação, os aspectos que são privilegiados em termos filogenéticos e ontogenéticos.

Identifica-se assim, como primeira relação de Poder, a que partilhamos com outras espécies animais hierarquizadas (J. W. Lapierre, 1974) e se refere aos aspectos ligados às efectivas diferenças entre qualquer recém-nascido e um membro adulto da mesma espécie: a relação de domínio-submissão. O tipo de relação considerada imediatamente a seguir, o comando-obediência baseia-se na anterior e trabalha no sentido da interpretação e da normalização dos sinais significativos e estáveis em hierarquias específicas e personalizadas.

No Homem entretanto a necessidade de transferir para instâncias sociais normas transgeracionais implica o estabelecimento de um outro tipo de relação, desta vez já não assente em indivíduos concretos mas em critérios de definição e

QUADRO 1

TIPO DE RELAÇÃO	ASPECTO PRIVILEGIADO
DOMÍNIO-SUBMISSÃO	ASPECTOS BIOLÓGICOS (Inigualdade Biológica)
COMANDO-OBEDIÊNCIA	ASPECTOS PSICOLÓGICOS (O reconhecimento e segurança individuais)
CONTROLO-ASSENTIMENTO	ASPECTOS SOCIAIS (Autonomia e transgeracionalidade das hierarquias)

de arranjos de oposições e cooperações no seio de um mesmo grupo (Balandier, 1974).

Designámos este tipo de relação, que privilegia aspectos iminentemente sociais e são exclusivamente referidas ao homem como de controlo-assentimento.

De resto, do ponto de vista que defendemos o Poder é mesmo um fenómeno exclusivamente humano compreensível mais facilmente através daquilo que designamos como os seus *eixos constitutivos*. Estes correspondem «grosso modo» às relações anteriormente descritas e possibilitam em termos de elaboração teórica a apresentação da nossa visão dinâmica, ao mesmo tempo que introduzem um aspecto diacrónico que contempla as alterações na forma estrutural do nosso objecto e na forma em que é, ou pode ser, vivido em termos individuais.

3. PROPOSTA PARA UMA ANÁLISE ESTRUTURAL-DINÂMICAS

As relações anteriormente citadas, e habitualmente referidas na literatura, testemunham a forma como os indivíduos se posicionam face ao poder a partir daquilo que são os seus adquiridos biológicos, psicológicos e sociais. Partimos daí para, fazendo apelo aos diversos saberes psicológicos, propôr um quadro de invariantes constitutivas do poder referidas à ordem do individual e que respeitem rigorosamente as possibilidades de desenvolvimento perceptivo e afectivo do Homem. São eles a *força*, a *autoridade* e a *legitimidade* que se imbrincam estrutural e dinamicamente nas respostas que lhes estão associadas, respectivamente o *medo*, a *culpabilidade* e o sentimento de pertença (ver Quadro 2).

Esta conceptualização do Poder em eixos constitutivos (perspectiva estrutural) pretende em última análise dar conta das percepções e dos afectos presentes em ambos os polos de uma relação de Poder (perspectiva dinâmica).

E da relação mais simples à mais sofisticada cada eixo de poder mobiliza afectos de qualidade e em quantidade específica que só podem estar de acordo com as possibilidades efectivas dos respectivos intervenientes.

No eixo *força-medo*, o que está em jogo é por um lado a posse e o controlo de um capital específico e efectivamente actuado, mas é também e igualmente a possibilidade dessa actuação implicar uma resposta de reconhecimento de perigosidade de um tipo tão arcaico e enraizado nos processos de desenvolvimento que não haja a veleidade de recurso a qualquer tipo de defesa. O medo é por definição, uma emoção primária, que sofre ao longo da socialização sucessivas transformações e adaptações, sem no entanto se divorciar nunca das suas raízes biológicas. Daí que se encontre com carácter universal o vivido do medo associado a situações dolorosas ou desconhecidas que coloquem de alguma forma em causa as formas habituais de estar ou de se afirmar dos indivíduos.

Sejam quais forem as *performances* de forças actuadas, elas só serão efectivamente desencadearem medo, sem o que não passarão de fenómenos expureos à margem das relações de Poder.

No eixo *autoridade-culpabilidade*, assiste-se à passagem de uma dominância baseada nos elementos de origem biológica para a construção de um tipo de relação de dominância psicológica. Quer dizer, em que ambos os participantes na relação, possuem ainda que rudimentarmente

QUADRO 2

TIPO DE RELAÇÃO	EIXO DE PODER
DOMÍNIO-SUBMISSÃO	FORÇA-MEDO
COMANDO-OBEDIÊNCIA	AUTORIDADE-LEGITIMIDADE
CONTROLO-ASSENTIMENTO	LEGITIMIDADE-PERTENÇA

alguma consciência auto-justificativa das suas posições.

A autoridade, apesar das suas múltiplas acepções pode ser sintetizada como uma superioridade adquirida por vantagens supostas ou reais (Thinés, 1984). A culpabilidade por seu turno pode ser definida como um sentimento doloroso experimentado na sequência de cometimento de erros ou transgressões reais ou imaginários.

O eixo autoridade-culpabilidade introduz assim um universo subjectivo facilmente compreensível no modelo familiar. Neste, a autoridade constitui-se como um intermediário entre o afecto, vivido numa relação pessoal e directa com uma criança determinada, e a lei, socialmente produzida e já absolutamente interiorizada pelo adulto. A culpabilidade, por seu turno dá conta de um movimento pulsional, primeiro a um nível objectal, depois na selecção concreta com as figuras investidas como de autoridade.

Em todos os casos, entretanto, a possibilidade de se inscrever a autoridade na dinâmica das relações de poder depende da culpabilidade sentida capaz de promover a mudança de um comportamento de submissão sem recurso para uma obediência instalada em defesas.

Finalmente *no eixo legitimidade-pertença*, destaca-se a preponderância dos imperativos sociais, que implicam que para que as sociedades evoluam, os comportamentos decalcados do modelo psico-familiar evoluam também de forma a permitir que os indivíduos gozem de uma autonomia relativa que permita que a divisão simplista entre os que mandam e os que obedecem se sofisticue um pouco. No limite, esta dualidade implicaria uma estagnação social num mundo em que a criatividade e a inovação são valores fundamentais. A legitimidade, que no fundo não é mais do que uma ideia aprovada por consenso, uma crença partilhada, possibilita a passagem do comando ao controlo. Possibilita a passagem da relação face a face com um ser concreto, à relação abstracta com valores teleológicos e distantes. Para que a legitimidade funcione como eixo de poder é necessário, entretanto, que os indivíduos a reconheçam que é como quem diz, que se sintam parte integrante do corpo promotor desse consenso. O sentimento de pretensão é pois condição *sine qua non* de existência de qualquer legitimidade. Elabora-se a partir do deslocamento do investimento do modelo parental para

o social mais vasto e possibilita a projecção «para fora» das ambivalências pulsionais. No limite torna possível um apaziguamento dos conflitos internos e a instalação de um sistema classificatório mais ou menos permanente que ainda que temperado por um princípio de realidade, pode assumir-se simultaneamente como libidinal e agressivo, já que se dirige para instâncias razoavelmente distantes.

4. CONCLUSÃO

Considerar o Poder nos seus eixos fundamentais e tendo em atenção as possibilidades individuais do seu reconhecimento facilita algumas leituras deste fenómeno.

É entretanto necessário sublinhar que o conceito de poder se refere ao homem na sua totalidade. Nessa medida, cada nova aquisição, cada forma de organização intra-psíquica e relacional se estabelece tendo por base a organização anterior. Quer isto dizer que os níveis obtidos anteriormente não são perdidos. Antes se revestem de novas aparências, mais adaptadas aos interesses de uma cultura específica e relativamente dominante. Quer igualmente dizer que a intercomunicação entre os diferentes níveis é permanente. A predominância de um dos eixos de poder, num momento determinado de uma prática ou de um discurso que se pretende de poder, não anula a importância dos outros eixos. Se cada eixo de poder (força, autoridade, legitimidade) tem de facto uma polaridade específica (medo, culpa, pertença) a sua eficácia reside exactamente na produção de práticas ou discursos que veiculem as suas características específicas tentando sincronizar estas dimensões estratégicas com os emissores e os receptores destes discursos.

BIBLIOGRAFIA

- Baechler, J. (1978). *Le Pouvoir Pur*. Paris: Calman-Levy.
- Balandier, L. (1974). *Antropológicus*. S. Paulo: Ed. Cultrix, 1976.
- Hersch, J. (1978). La nature du Pouvoir. In *Le Pouvoir - XXVI Rencontres Internationales de Genève*. Neuchâtel: Ed. Histoire et Société d'Aujourd'hui - La Bacconnière.

- Lapierre, J. W. (1977). *Vivre sans état*. Paris: Ed. du Seuil.
- Levi-Strauss, C. (1958). *L'Anthropologie Structurale*. Paris: Plon.
- Lorenz, K. (1965). *Três ensaios sobre o comportamento animal e humano*. Lisboa: Ed. Arcádia, 1975.
- Pereira Bastos, J. G. (1978). Para uma metodologia estrutural-dinâmica da análise de textos literários – I. *Análise Psicológica*, 1 (3), 33-49.
- Thinés, G., & Lempereur, A. (1984). *Dicionário geral das ciências humanas*. Lisboa: Edições 70.

RESUMO

A autora propõe uma conceptualização do Poder em que são centrais os mecanismos individuais que

presidem à génese e desenvolvimento da acessibilidade a este fenómeno.

A partir duma metodologia estrutural-dinâmica propõe que o Poder seja considerado em eixos constitutivos em que se articulam práticas sociais e possibilidades intra-psíquicas.

ABSTRACT

The author proposes a concept of Power in which the individual mechanisms determining the origin and development of access to this concept are central to it.

Based on a structural-dynamic methodology, the concept of Power should be considered according to axes which connect social practices and intra-psychical possibilities.